

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR  
À ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA  
DO PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 22**

24 de setembro de 2020

(17:10 h – 19:29 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Sr. Valdemar Alves, na qualidade de Presidente à data dos factos e atual Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande.

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Fabíola Cardoso (BE)

João Dias (PCP)

Hugo Costa (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, boa tarde a todos, creio que temos já quórum para dar início à reunião.

*Eram 17 horas e 10 minutos.*

Assim sendo, peço alguns minutos para ir receber o depoente de hoje.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento a todos de novo.

Vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior, que se destina ao depoimento do Sr. Valdemar Alves, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, à data dos factos e atualmente.

Este depoimento foi potestativamente agendado pelo PSD e, portanto, será o PSD que dará início à audição.

Entretanto, dou conta ao nosso depoente do modelo em que funcionam as audições, sem prejuízo da notificação em tempo enviada. Assim, na primeira ronda cada grupo parlamentar terá 8 minutos, em modelo de pergunta-resposta, ou seja, com resposta imediata; na segunda ronda, quando se mostre necessário, haverá intervenções de 5 minutos, mas de forma seguida, com resposta global no final; numa eventual terceira ronda, cada grupo parlamentar terá 3 minutos, conferindo-se ainda a cada Sr.<sup>a</sup> Deputada ou Sr. Deputado, por si mesmo, a faculdade de poder intervir por 2 minutos.

Consta também das regras das nossas audições que o depoente possa fazer uma intervenção inicial, até ao máximo de 15 minutos, um pouco para enquadrar o porquê ou a sua visão do assunto, que, de alguma maneira, vamos todos sabendo qual é.

Assim, Sr. Presidente, começaria por lhe perguntar se pretende usar dessa faculdade e fazer uma intervenção inicial.

O Sr. **Valdemar Alves** (Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Boa tarde a todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas, aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente, a quem cumprimento pelo excelente trabalho que tem feito na condução dos trabalhos, que tenho acompanhado pela *internet*, bem com a todos os Srs. Deputados pelo excelente trabalho e interesse que têm demonstrado para tentarmos levar a bom fim, e a quem os senhores devem levar, o que se passou em Pedrógão Grande.

Farei uma rápida intervenção, de menos de 15 minutos.

Cerca das 14 horas e 50 minutos de 17 de junho de 2017, soou o alarme de incêndio dentro do concelho, verificando-se uma deflagração em Escalos Fundeiros. Pouco tempo depois, a Proteção Civil Municipal deslocou-se para o Primeiro Posto de Comando, criado, precisamente, na Associação da referida localidade, estabelecendo ligação telefónica com o Secretário de Estado da Administração Interna José Gomes, com os Presidentes de Câmara de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos e, mais tarde, de outros municípios, de forma a contribuir para a garantia de mais meios no terreno.

As necessidades no teatro de operações levaram à deslocação do Posto de Comando para um segundo local, no armazém municipal, sito na vila sede de concelho. O vento aumentava. Pôs-se uma imensa e medonha escuridão, somente iluminada por labaredas e calor que nos acompanharam em todo o percurso. À chegada a Pedrógão Grande, já o fogo havia galgado

vertiginosamente e estava às portas da vila. Já tinha começado a percorrer o concelho a grande ritmo.

Se surpreendeu a velocidade do fogo, o mais impressionante foi assistir à distância, a partir do Segundo Posto de Comando, ao varrimento inclementemente devastador da floresta em minutos. A imensidão de fumo já havia escondido o Sol e os pedidos de socorro e de alerta de incêndio cresciam, aumentando a cada minuto nos telefones de cada um. Não compreendíamos como havia o fogo chegado tão depressa a pontos tão distantes do concelho. Não tardaria até que os telemóveis perdessem sinal. Não tardaria até que a indelével incompreensão do que parecia surreal se instalasse.

Ao Posto de Comando chegavam notas de feridos, desaparecidos, localidades cercadas, localidades em chamas. Amiúde, uma chamada recebida, uma chamada efetuada, uma mensagem recebida, uma mensagem enviada. Os pedidos de socorro eram muitos, de amigos, conhecidos e desconhecidos, até que o sinal desapareceu, tal como o das redes móveis.

O inferno havia assim conquistado lugar cativo a partir de então para impetuosamente ceifar Pedrógão Grande e subjugar-nos a um lugar negro na terra, na mente, memória viva e história, obrigando-nos a aprender a lutar sem esmorecimento e com teimosa resistência para agora renascermos, unidos e com coragem.

Três anos volvidos, as chamas foram-se, mas o inferno ficou. Três anos volvidos, dá-se a constituição de uma Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que respeita ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017, que tem por objeto a apreciação do processo de atribuição de apoios à recuperação de habitações, empresas e equipamentos públicos e privados e à reposição do potencial produtivo da região.

Ao XXI Governo Constitucional, a todos os seus membros, deixo aqui o meu profundo agradecimento por muitos deles, desde a primeira hora, no dia 17, juntos, terem metido mãos à obra e terem ido a Pedrógão Grande inteirar-se da situação e iniciar o seu trabalho.

À sociedade civil, notáveis e anónimos, às entidades e aos pedroguenses, que se mobilizaram como nunca vi para se ajudarem uns aos outros, as palavras são poucas e ainda hoje o sentimento é muito grande ao recordar como tantos de nós não paravam, não dormiam, não descansavam enquanto houvesse alguém a precisar.

Não parei, não dormi, não descansei e fiz o que tinha a fazer.

Para quem viveu aqueles momentos, o cenário não era de guerra, era de apocalipse, de loucura, de sentimentos incalculáveis para quem não os viveu.

Três anos depois, os papéis, a frieza dos dados, a relação com o que vivi, com o que todos os pedroguenses viveram, é algo muito distante, não sendo possível a quem lá não esteve compreender a realidade que se viveu durante e depois da devastação, da morte, da escuridão, do caos, do silêncio — não ouvi nem um pássaro a cantar — que, de noite, era completamente assombroso e ensurdecador.

A recuperação foi feita e esta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar propõe-se, três anos depois, a estudar a atuação do Governo da altura. Espero que consigam alcançar conclusões importantes para ajudarem, assim, o próximo Governo que tiver de enfrentar uma situação semelhante.

O objetivo é compreender e melhorar. Faço votos de que consigam alcançar esse objetivo e de que o contributo que me solicitam hoje vos ajude.

Como certamente sabem, brevemente irá ter início o julgamento relacionado com o processo de reconstrução das habitações danificadas ou destruídas pelos incêndios de 17 de junho. Como certamente já sabem e compreendem, não irei responder às questões que os Srs. Deputados me

colocarem sobre o processo de reconstrução de habitações, pelas razões de esta matéria ser a mesma da acusação criminal e desta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar.

Por fim, e perdoem-me todos os outros por fazer esta menção especial perante uma mobilização humana e de recursos sem precedentes, quero deixar aqui a minha eterna gratidão pelo trabalho único e sem precedentes que as Forças Armadas realizaram em Pedrógão Grande, sobretudo a Marinha, com o seu Batalhão de Fuzileiros n.º 2. Foram homens e mulheres únicos, com uma capacidade de gerar e preservar a ordem, de transmitir amor e tranquilidade, de dar a mão, de combater os inimigos visíveis e invisíveis que tivemos. Deram-nos coragem, força e calma nos momentos mais impressionantes. São o exemplo. Mais do que a farda e a cadeia de comando, deram-nos o seu coração e ficarão para sempre no coração de Pedrógão Grande.

Srs. Deputados, gostava ainda de dizer que ninguém é obrigado a acusar-se. Invoco o direito à não autoincriminação, decorrente do artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e dos artigos 20.º, n.º 4, e 32.º, n.º 2, da Constituição. Este princípio constitui uma das garantias de defesa do arguido e desdobra-se no direito ao silêncio e no direito de não oferecer meios de prova. Recordo o princípio da presunção de inocência, consagrado entre nós no artigo 32.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa. Assim, como os factos perguntados constam da acusação que me é imputada no Processo 2160/18 pendente no Tribunal Criminal de Leiria, invoco o direito ao silêncio.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Permitam-me uma correção protocolar, pois, ao recebê-los, esqueci-me de dar as boas-vindas ao nosso depoente, o Sr. Valdemar Alves, e ao seu advogado, o Sr. Dr. Bolota Belchior, a quem saúdo também.

Queria dar conta aos Srs. Deputados, um pouco no seguimento daquilo que agora foi dito, de factos que, embora sejam do conhecimento de todos, devem ser aqui devidamente enquadrados.

Existe um conjunto de processos, nomeadamente de inquérito, que rodeiam os temas que têm que ver com esta Comissão, designadamente um que já tem acusação deduzida, sendo nesse processo que o Sr. Valdemar Alves, bem como um conjunto alargado de pessoas, é arguido.

Como todos sabemos, a qualidade de arguido confere-lhe um conjunto de deveres e de direitos e, aqui, a qualidade de depoente ou testemunha também lhe confere um conjunto de direitos e um conjunto de deveres. Na consciência de que assim será, especialmente depois de ter sido expressamente invocada pelo depoente essa qualidade, obviamente que deve ser feito tudo o que se possa fazer para apurar os factos, que é o que nos compete, percebendo nós também, e respeitando, obviamente, o exercício desse direito.

Esta audição terá início com as perguntas do Grupo Parlamentar do PSD, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, quero, numa nota breve, dizer-lhe que tenho muito respeito pelos autarcas, não fosse eu autarca também. Nós conhecemo-nos e estou à vontade para lhe dizer isto desta forma, bem como para lhe dizer que o PSD requereu esta Comissão de Inquérito por respeito às vítimas, mas também muito com o intuito de apurar a verdade. Nunca estive em causa — aliás, também sou do distrito de Leiria — toda aquela gente que vive no distrito de Leiria, mas o Tribunal de Contas é bem claro naquilo que diz e, por isso, requeremos esta Comissão de Inquérito.

É importante lembrar o objetivo da Comissão, que é bem claro: apurar a responsabilidade e evitar situações idênticas no futuro. E bem!

Ouvi a sua narrativa, há pouco, e deixe-me dizer que relembremos a noite em que tudo falhou. Penso que é esta a expressão que posso utilizar depois daquilo que tive a oportunidade de ouvir.

Deixe-me ser concreto. O ex-Vereador Bruno Gomes, que foi ontem ouvido nesta Comissão, disse que não tinha pelouros atribuídos nem delegação de competências, embora, numa carta de despedida aos pedroguenses tivesse referido uma série de pelouros que tinha.

Não consigo entender, então, o seguinte: a Câmara, ou o Sr. Presidente, delegou ou não competências no Sr. Vereador Bruno Gomes, no mandato anterior? Se sim, que competências foram essas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente Valdemar Alves.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, efetivamente, ele não tinha delegação de competências, ou seja, aquelas competências que normalmente são a distribuição de pelouros. Efetivamente, as delegações de competências, naquele mandato, não foram atribuídas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Então, presumo que, embora fosse vereador de todas aquelas áreas que indicou, ele não tinha nenhuma delegação de competências. É assim? Ele deu a entender, a dada altura que nunca exerceu essas competências, que eram avocadas por si, e, portanto, fiquei confuso.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente Valdemar Alves.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, em 2013, quando fui para a Câmara de Pedrógão Grande, não tinha nenhuma experiência autárquica. As ordens... Enfim, não foram ordens, porque eu não tinha de receber ordens, mas aquilo que me aconselharam, e que já vinha de trás, do anterior presidente, foi que eu não deveria delegar competências aos vereadores. Foi assim que procedi e digo, honestamente, que erradamente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Ontem, o mesmo depoente, o Sr. Vereador Bruno Gomes, embora não aprofundasse muito o tema, quando foi questionado sobre a auditoria do Tribunal de Contas ao Fundo REVITA elogiou esse trabalho. Concorda factualmente com esta apreciação geral do seu ex-Vereador à auditoria feita pelo Tribunal de Contas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente Valdemar Alves.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Concordo sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, quando entender que estou a entrar numa área daquelas que há pouco falava, tenha a bondade de me dizer, porque corro sempre o risco de poder estar a fazê-lo, como compreende.

Qual foi a sua percepção em relação às construções que teriam direito à recuperação, segundo o regulamento do REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente Valdemar Alves.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Pois, Sr. Deputado, fui claro. Quanto a habitações, temos mesmo de esquecer. Não vale a pena insistir porque não posso responder.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Mas pode responder-me, julgo eu, se a dada altura o Governo permitiu que os municípios criassem regulamentos e o município de Pedrógão Grande criou um regulamento para as segundas habitações. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Os regulamentos foram criados e estão efetivamente publicados.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Isso significa que havia segundas habitações, muitas segundas habitações, que precisavam de ser recuperadas, e por isso é que foi criado o regulamento. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, isso é uma coisa de que, com certeza, me vão falar no tribunal. Se eu, em instrução preparatória e, mais tarde, em instrução, não respondi ao tribunal, agora, que já estou para julgamento, não vou responder. Não devo responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — No âmbito do regulamento — não no REVITA —, quantas candidaturas foram aprovadas em Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sinceramente, sobre o número de candidaturas, não lhe posso dizer quantas foram, efetivamente, porque não vim preparado para isso.

A minha intenção era a de não falar absolutamente nada das habitações e não tirei esses apontamentos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Permita-me que lhe pergunte uma coisa, sem querer entrar nessa matéria concreta de que há pouco falava. É um facto que havia pessoas com habitações que arderam e houve uma opção de recuperação de um tipo de habitações. Sem entrar naquela questão, pergunto: considera que houve, ou não, pessoas prejudicadas por não terem tido oportunidade de reconstruir as suas casas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, continuo em defesa daquilo que inicialmente disse quanto às habitações. Não quero criar problemas para mim próprio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente Valdemar Alves, compreendendo completamente a sua não resposta, espero que também compreenda completamente o direito à pergunta.

Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Fugindo da questão, porque não quero que me interprete mal, o REVITA previa que os municípios entregassem ao Fundo as verbas que recebiam dos doadores. Tenho noção de que o município de Pedrógão Grande as entregou, mas só o fez muito depois de 22 de março de 2019. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sim, senhor. Entreguei muito depois, efetivamente, porque o REVITA ainda tinha dinheiro, com certeza, e não era altura de entregar os fundos. Foram entregues depois ao REVITA, sendo que não era obrigatório por lei nem por ordem do tribunal, porque poderia tê-los utilizado em Pedrógão Grande, mas não o fiz, nem os gastei, como alguns, outros, fizeram.

Mas estão na mão do REVITA, estão agora depositados junto ao restante milhão e tal de euros que o REVITA tem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe dizer-me que entidades é que doaram e para que fins?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não sei, porque não trouxe a lista, mas posso depois mandá-la para a Comissão. Foi mais individual... Depois posso mandar isso para a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Existe uma listagem. É isso?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Existe uma listagem do banco. As pessoas iam depositar ao banco e ela vem com o nome dos depositantes.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado, se assim entender, depois oficia a Mesa e pede.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, pedia que fosse solicitada essa listagem, já agora, também com o montante doado.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, é à volta de 350 000 €.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Relativamente aos bens que foram entregues aos vários municípios, o relatório do Tribunal de Contas é muito claro sobre essa matéria e diz que, da visita aos armazéns de Pedrógão

Grande, existiam muitos bens que estavam em vários estados de conservação. Porque é que a autarquia não integrou estes bens no REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, os bens estão lá. Se esta Comissão quiser, tenho muita honra em recebê-los em Pedrógão e podem visitar os armazéns.

Infelizmente, e não quero ofender aqueles que deram bens em condições, mas 80%... Os bens que a Câmara tem são roupas, que hoje estão inúteis e não servem para nada. O pouco de bom que lá há está a ir para a nossa loja social.

Tínhamos preparado um contentor para ir para uma missão para a Guiné, só que, entretanto, naquela onda em que lá andou a TVI, assaltaram-nos os armazéns. Depois, foram para lá uns jovens das escolas que acabaram por abrir as caixas que já tínhamos com roupas e espalharam tudo pelo chão. Estão lá, se quiserem visitar.

Vinham roupas por lavar. Penso que a maioria das pessoas chegavam aos guarda-vestidos e punham tudo em sacos de plástico. Até lá vimos, por exemplo, um vestido de noiva e outras coisas, para não estar a falar noutras peças de roupa que, realmente, não deveriam ir para ali nem para lado nenhum.

Havia camas desmontadas que traziam as barras dos lados, mas não traziam as travessas do meio. Está lá tudo para visitarem, se quiserem.

Entretanto, quanto aos outros bens, tenho aqui escrito e posso ler. Nós só recebíamos roupas. As comidas iam para a Santa Casa da Misericórdia, os produtos farmacêuticos iam para o nosso centro de saúde e os de medicina veterinária iam para o nosso veterinário. Depois, esses medicamentos

acabaram por ir para o apoio aos incêndios de outubro, assim como algumas roupas boas. Para os concelhos vizinhos também foram algumas roupas.

Era aos bombeiros que, normalmente, as pessoas se dirigiam e era aí que se começava a fazer a triagem.

Era mais para onde?... Se não se importa, devo ter aqui...

*Pausa.*

Quanto a donativos em espécie, por acaso tinha apontado aqui e vou ler: «A Câmara Municipal de Pedrógão Grande recebeu toneladas de donativos num curto espaço de tempo e sem capacidade de os conseguir receber. Pedimos tendas a concelhos vizinhos e ao Regimento de Emergência de Abrantes. Centenas de escuteiros, voluntários e funcionários da Câmara passaram dias sem fim a tentar acondicionar as doações em espécie. A Cruz Vermelha usou Pedrógão Grande apenas como espaço logístico». A Cruz Vermelha era a entidade que apetrechava as casas construídas e como tinham aqueles concelhos todos dali — inclusive também já os de outubro — fizeram de Pedrógão Grande o centro logístico.

Após a intervenção da TVI, telefonei ao Presidente da Cruz Vermelha para retirar de lá os eletrodomésticos, porque foram filmar como se os eletrodomésticos fossem da Câmara de Pedrógão, que não os dava às pessoas. Mas eles não eram nossos, ninguém nos deu eletrodomésticos. Então, foram retirados para uns grandes armazéns deles, creio, de Coimbra.

Houve uma doação de árvores e, com a APFLOR (Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande), fez-se a plantação dessas árvores.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, mas porque é que a autarquia não integrou estes bens em espécie no REVITA? E, já agora que estava a falar de uma listagem, solicitava que pudesse ser pedida uma listagem da atribuição dos bens que tinham em espécie, se é que há uma listagem por parte do município.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para esclarecer, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Há, sim, senhor. Posso depois mandar-lha com a listagem dos donativos em dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Deixe-me perguntar-lhe se entende que todo este processo foi transparente e justo. As pessoas que precisavam foram, efetivamente, apoiadas?

Esta não é uma expressão que eu utilize, mas a comunicação social já o fez e tive oportunidade de ver várias entrevistas suas, e por isso é que lho pergunto desta forma: acha que o processo foi justo e transparente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, se foi justo?...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira esclarecer.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A forma como foram apoiadas as pessoas que mais necessitavam, em Pedrógão. Foi justo e transparente esse processo, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Justo foi e transparente penso que também foi. Numa situação daquelas, de apocalipse — nem foi de tragédia, foi de apocalipse! — é muito difícil, Sr. Deputado.

Como sabe, havia lá gente de todo o lado. Apareciam voluntários de todo o lado e pessoas a pedir bens que, enfim, nem sabíamos de onde vinham, mas que não deixaram de ser servidos.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O Sr. Presidente disse, numa entrevista recente, que «tudo o que prometeram está na palma da mão. Prometeram mundos e fundos neste salão, e isso acabou. Apareceram outras coisas, o vírus, a que deram mais antena. E o interior continua no esquecimento».

O que é que não está feito?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — O desenvolvimento económico do concelho. Foi prometido que iriam desafiar os grandes empresários para investirem lá, fundos, que poderiam ser internacionais, para investirem lá, e, enfim...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, quem é que prometeu e quem é que, por conseguinte, falhou?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, quem é que prometeu e quem é que falhou?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Agora é muito difícil dizer quem falhou, mas, na altura, pois, não tenho dúvida nenhuma de que foram membros do Governo. Não posso dizer que foi o ministro *A*, *B* ou *C*, porque foram lá todos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O que quer dizer, induzo eu, é que o Governo falhou nessa matéria. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Se um ministro faz parte de um Governo, pois, aí sim, é a promessa do interior que está por cumprir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, foi criado, a dada altura, o Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução (GORR). O que é e quem é que o criou?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Foram, efetivamente, os serviços da Câmara. Aliás, quem o criou foi a Marinha Portuguesa. Sucedeu ao trabalho que a Marinha Portuguesa estava a fazer e só alguém que dirigiu a Marinha, não o GORR, é que é a entidade competente para dizer o que é, realmente, o GORR. Foi o CIMIC (Civil and Military Cooperation), completamente, a Marinha.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para continuar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Se não estou errado, a Marinha fez um grande levantamento, até com muita informação sobre cada uma das pessoas que, infelizmente, tinham sido atingidas por este incêndio, e depois entregou-o à autarquia, julgo eu.

Quem era responsável pelo GORR, por parte da autarquia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — O responsável é sempre o Presidente. Aquilo estava devidamente montado para receber as pessoas e para as encaminhar.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E que competências tinha este Gabinete?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Era apenas uma receção de encaminhamento das vítimas que apareciam na Casa da Cultura a pedir auxílio. Aparecia de tudo. Apareciam pessoas que iam para o primeiro andar, para o setor das casas, e as que vinham pedir auxílio de comida, para elas próprias ou para os animais, roupas, etc. eram apenas encaminhadas. Tínhamos lá um telefone de linha verde e duas pessoas, que tivemos de recrutar porque a Câmara não tinha, mas aquilo era apenas uma receção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Este Gabinete tinha assento na Comissão Técnica do REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não, Sr. Deputado, era um gabinete de receção. Tinha lá duas senhoras e um jovem, um funcionário da Câmara, a fazer a triagem.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Confesso que tenho algumas dúvidas, porque na investigação da Divisão, que foi pública, a dada altura diz que há dois despachos contraditórios sobre esta matéria: um, em que a criação deste Gabinete foi feita pelo Sr. Presidente, e outro, em que teria havido uma reunião secreta com mais três vereadores. Isto é público.

O que tem a dizer-me sobre isto, para eu tentar perceber, exatamente, a criação deste Gabinete?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não, Sr. Deputado, não há despachos nenhuns contraditórios nem coisas secretas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Então, não é correto dizer que quem estava à frente desse Gabinete era o seu adjunto?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Quem funcionava na estrutura do Gabinete era o Telmo Alves, sim senhor, mas não estava lá.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E era composto também pelo ex-Vereador de que há pouco falei e que esteve aqui ontem como depoente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não, Sr. Deputado. O gabinete onde estava o ex-Vereador Dr. Bruno Gomes começou logo a funcionar. Se alguém chegou primeiro ao terreno foi ele e a equipa da Câmara Municipal. Chegou primeiro do que o IRHU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), e do que a CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro). Foram eles e a Marinha os primeiros a irem para o terreno, e ele

nunca largou aquilo. A ele devo esse grande favor, de ter feito o trabalho que fez, com honra e glória, e os pedroguenses têm de lhe agradecer o trabalho que fez.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Isso significa que o que o Sr. Vereador fez no terreno, o acompanhamento de tudo, foi com ordens suas. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Ele foi para o terreno e nem foi preciso dar-lhe ordens, foi um voluntário que foi logo para o terreno. Começou na aldeia dele, na sua freguesia, e quando dei por isso já ele andava no terreno e continuou.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sei que não me vai responder sobre essa matéria, e, portanto, não quero entrar na questão das habitações, senão teria de lhe perguntar se as opções que ele pode ter tomado relativamente a essa matéria teriam sido com ordens suas. Não vai responder-me, mas não quero deixar de o dizer.

Queria perguntar-lhe mais uma coisa, relativamente à Lei n.º 52/2019, que aprova o regime de exercício de funções de titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, a qual identifica como titulares de cargos públicos os membros dos órgãos executivos do poder local. Diz também a Lei n.º 78/2019, no seu artigo 2.º, que «não podem ser nomeados para o exercício

de funções em gabinetes de apoio os ascendentes e descendentes de titulares do cargo».

Qual não foi a estranheza quando recebemos, nos serviços, um *e-mail*, reencaminhado pelo adjunto do seu gabinete e percebemos que ele é, permita-me, o seu filho Telmo Alves, que, provavelmente, poderia estar a liderar o GORR, de que há pouco falávamos.

Há aqui alguma questão que não esteja correta, ou estou enganado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Bom, ele era meu adjunto e acho que, pela lei, podia nomeá-lo quando o nomeei, em 2014, salvo erro... Em 2015 ele já era meu Adjunto... Em 2014, 2015... Eu já lá estava há um ano e tive de me socorrer de alguém da minha confiança para ir trabalhar comigo, com capacidade, porque a Câmara de Pedrógão, como todas ali à volta, tem poucos licenciados. Eu não tinha ali pessoas da minha confiança e tive de as trazer.

Se o senhor não sabe, posso dizer-lhe que eu tinha ali problemas que, já depois da tragédia, resultaram na detenção de funcionários da tesouraria, de um chefe de divisão da Câmara, etc. Esta é a razão de eu ter trazido uma pessoa de confiança para trabalhar comigo.

O Sr. **Presidente**: — Uma última questão, para os últimos esclarecimentos, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Eu não lhe coloquei a questão da competência, nem da confiança, nem da ética. Apenas lhe coloquei a questão da legislação, que saiu em 2019, e, de facto, se estava ou não a ser

cumprida, face ao que está plasmado na lei. Só isto. De resto, mal seria se eu estivesse a colocar em causa a competência fosse de quem fosse.

O Sr. **Presidente**: — Parece-me que não é uma pergunta...

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pergunto-lhe se tenho, ou não, razão naquilo que estou a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — O Sr. Deputado está a invocar uma lei de 2019, mas ele já vinha de trás. Teria de o ter posto na rua? Pergunto-lhe, Sr. Deputado, já que está a afirmar...

Não sei, não sei responder.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas respostas. Perguntas é melhor não fazer!...

Está terminada a primeira ronda do Grupo Parlamentar do PSD.

Dou agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada **Fabíola Cardoso**, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Começo por cumprimentar os presentes e, em particular, o Sr. Valdemar Alves, que hoje recebemos na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, quer à data dos factos que acompanhamos nesta Comissão de Inquérito, quer atualmente.

A presente Comissão de Inquérito tem por objeto a apreciação do processo de atribuição de apoios à recuperação de habitações, mas também

de empresas, equipamentos públicos e privados e à reposição do potencial produtivo nesta região, no caso, o concelho de Pedrógão Grande.

Tendo em conta as declarações que já foram proferidas, centrarei a minha intervenção nalguns aspetos referentes ao apoio disponibilizado a empresas, aos equipamentos e ao potencial produtivo.

Mas antes, gostaria de deixar uma palavra sobre o que estamos aqui a fazer, pois, de alguma maneira, pretendemos não só apurar a responsabilidade política, como, também, contribuir para as mudanças necessárias para evitar que esta situação terrível se repita, ou, se ela se repetir, poder contribuir para que o processo seja melhor conduzido e leve a melhores resultados, para que outras comissões de inquérito como esta não tenham que acontecer.

Antes de passar às perguntas que tinha preparado, gostaria, no entanto, de pedir um esclarecimento relativo a um aspeto referido no seu depoimento anterior. Ao responder às perguntas que lhe foram colocadas, nomeadamente sobre as verbas entregues à Câmara Municipal de Pedrógão Grande e que depois foram encaminhadas para o REVITA, o Sr. Presidente disse, e cito — penso eu, pelo menos com base nos apontamentos que tirei —: «Mas não gastei como outros».

Gostaria que pudesse explicitar a que é que se refere ao dizer isto.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quanto às ajudas... As empresas foram ajudadas com cerca de 20 milhões e 297 mil euros. Foram ajudadas 27 empresas em que tinham sido afetados 126 trabalhadores, ou seja, 3,22% da população. Logo, 126 trabalhadores é muito.

Foram sete empresas de exploração florestal; uma empresa de produção de azeite; uma empresa de panificação; três empresas de serração

de madeira; quatro empresas de construção de edifícios residenciais e não residenciais; uma empresa de montagem de trabalhos de carpintaria e caixilharia; uma empresa de comércio por grosso de materiais de construção; uma empresa de comércio a retalho de combustível para veículos a motor; uma empresa de comércio a retalho de flores, plantas, etc.; duas empresas de transporte rodoviário de mercadorias; uma empresa de compra e venda de bens imobiliários; uma empresa de atividades de mediação imobiliária; uma empresa de publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião; uma empresa de outras atividades e diversão recreativa; e uma empresa de atividades desportivas.

Foram 27 empresas, e esta ajuda contribuiu para manter 126 postos de trabalho.

Entretanto, creio que a Sr.<sup>a</sup> Deputada também me perguntou sobre outras ajudas, sobre a reposição... Ora, na reabilitação e recuperação de estradas e caminhos municipais houve um investimento total de 1 milhão e 6246 euros e um investimento não elegível de 367 712 €. Houve a substituição e reposição de sinalética afetada, num investimento total de 500 000 €, de 301 000 €.

Na reabilitação de edifícios municipais o investimento total foi de 106 986 €, e isto compreende também as escolas primárias de três localidades: Aldeia das Freiras, Graça e Mó Grande.

Na rede de distribuição de águas, houve um investimento total de 365 000 €, com investimento não elegível de 20 000 €, financiamento de 293 000 € e participação do FEM (Fundo de Emergência Municipal) de 51 000 €. Isto foi entre estações elevatórias, reservatórios, redes de distribuição, condutas e ramais. Estamos a falar de cerca de 25 intervenções.

A regeneração de áreas afetadas pelo incêndio consistiu na recuperação de parques de merendas e de percursos pedestres, ou seja, na reabilitação daquilo que se pode considerar uma vertente turística importante

do território. O investimento total foi de 225 855 €. Houve um cofinanciamento de 191 977 €, ou seja, de 85%, e 15% do FEM, isto é, de 33 878 €.

No equipamento urbano complementar, restauro de paragens de autocarros danificadas pelo incêndio, houve um investimento total de 9000 €. A Câmara Municipal participou com 85%, o que deu à volta de 7000 €.

Na reposição de contentores de lixo, houve um investimento de 3413 €. O FEM participou com 15% e a Câmara Municipal com 85%.

Nos sistemas municipais de saneamento básico, em relação à reposição de contadores de água danificados pelos incêndios, houve um investimento de 551 €. A Câmara Municipal participou com 85% e o FEM com 15%.

Na reposição de condutas de água danificadas pelos incêndios houve um investimento total de 1952 €. O FEM participou com 15% e a Câmara Municipal com 85%.

Em relação a intervenções prioritárias de proteção de recursos hídricos, as entidades envolvidas fizeram os projetos de execução e de especialidades e o caderno de encargos. Foram elas a Engenho e Rio, Unipessoal Lda., a Faculdade de Engenharia do Porto e a Agência Portuguesa do Ambiente. A dona da obra foi a Câmara Municipal e o investimento foi de 608 528,21 €, com participação de financiamento de 94% pelo Fundo Ambiental, ou seja, de 574 083 €. O investimento da Câmara Municipal foi de 6%, isto é, de 34 000 €.

Quanto às linhas de água, foram intervencionados 19 espaços ao longo da ribeira de Frades, da ribeira de Ameal e afluentes, da ribeira da Bouçã e afluentes, da ribeira de Pera e da ribeira de Mega e afluentes. Na ribeira do Nodel, foram ainda criados dois laboratórios de rios para o desenvolvimento

de ações de sensibilização e de educação ambiental, que têm tido diversas ações. O período de execução foi de 2018 a julho de 2019.

A síntese das medidas tomadas para o desenvolvimento é a seguinte: garantir o escoamento das linhas de água; corte e remoção de material arbóreo e arbustivo ardido; remoção de sedimentos e outros materiais do leito; recuperação da secção de vazão, passagens hidráulicas e pontões.

Para minimizar a erosão e o arrastamento de solos, a ação desenvolvida consistiu no seguinte: consolidação e recuperação de taludes e margens; reposição e reabilitação de galerias e estacaria; implementação de espécies autóctones; reabilitação de açudes existentes; construção de pequenas obras de correção torrencial.

As medidas para minimizar o efeito das cheias e inundações foram a construção e recuperação de bacias de retenção e a construção e recuperação de diques.

Para manter e assegurar o uso balnear, as medidas foram a limpeza da zona de banhos e área envolvente e a reabilitação das condições biofísicas de suporte.

Quanto às medidas de estabilização de emergência, na candidatura ao PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2020), foi a medida 8.1.4 — Restabelecimento da Floresta afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos. É importante realçar que esta operação que levámos a cabo faz parte de um leque que totaliza quatro operações: uma a cargo da Junta de Freguesia da Graça, outra a cargo da Junta de Freguesia de Vila Facaia, outra a cargo da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande e a outra a cargo da Câmara Municipal. A APFLOR colaborou com as juntas de freguesia ao auxiliar na elaboração e submissão destas candidaturas.

A operação da Câmara Municipal abrange todo o território do concelho e a operação de cada junta de freguesia o da sua respetiva junta. As

quatro operações das medidas de estabilização de emergência completam-se entre si, na medida em que cobrem grande parte do território ardido, e foram desenvolvidas em cooperação com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), se me recordo corretamente.

No melhor do meu conhecimento, as Juntas de Freguesia de Pedrógão Grande e da Graça terminaram recentemente a execução destas intervenções. A Junta de Vila Facaia está a terminar e a Câmara Municipal termina neste mês de setembro.

O investimento da Câmara Municipal foi de 933 407 €. A comparticipação financeira foi de 85% do IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas) e de 15% da Câmara, com 140 000 €.

Faço uma síntese das medidas e ações desenvolvidas: tratamento e recuperação da rede viária florestal afetada; tratamento e recuperação da rede secundária de faixa de gestão de combustível; recuperação de pontos de água afetados; reposição de sinais florestais afetados; corte e processamento de resíduos florestais, sendo que as espécies com baixa inflamação ou combustão que ainda iniciassem a regeneração natural por rebentação foram preservadas; instalação de barreiras de resíduos florestais; regularização das linhas de água; obras de correção torrencial; plantação de espécies autóctones; instalação de elementos de descontinuidade em torno das aldeias; controlo das invasoras; instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem.

Exemplos do que dificultou o decurso normal da execução: muitos dos trabalhos eram adiados pelas condições atmosféricas; muitos proprietários privados não permitiam o trabalho, ameaçando de morte, inclusivamente, as pessoas que trabalhavam; e as replantações e o controlo das invasoras, por exemplo, têm períodos específicos e naturais, no tempo e no clima, para serem feitos e sortirem efeito.

Com os trabalhos adiados por questões climatéricas, criava-se, de alguma forma, um efeito dominó entre os trabalhos a executar. Isto, no melhor do meu conhecimento, não sendo eu competente tecnicamente na matéria em causa. Além disso, é importante ter em conta que, de outono em outono, temos de ir repondo as plantas que não vingaram, o que se estima que vá ocorrendo com 25% das árvores plantadas.

Seguem-se dados concretos daquilo que foi executado pela Câmara Municipal e pelas juntas de freguesia, a nível das medidas de estabilização de emergência. Pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande foi o seguinte: tratamento e recuperação de 45 km de rede viária florestal afetada; tratamento e recuperação de 73 ha de rede secundária de faixa de gestão de combustível; recuperação de 10 pontos de água afetados; reposição de 178 sinais florestais afetados; corte e processamento de resíduos florestais em 87 ha, sendo que as espécies com baixa inflamação ou combustão que iniciassem a regeneração natural por rebentação foram preservadas; instalação de barreiras de resíduos florestais com 87 ha; regularização de linhas de água, prevenindo contaminações e assoreamentos, em 67 ha; obras de correção torrencial em 13 locais; plantação de espécies autóctones — sobreiro, carvalho, salgueiro e amieiro — em 90 ha, com uma média de 300 árvores por hectare, sendo que, em algumas áreas, atingiu as 500 árvores por hectare, para fixar o solo, combater o crescimento das invasoras, criar mosaicos de descontinuidade do tipo da mancha florestal, para reduzir o risco de incêndio e valorizar a paisagem; instalação de elementos de descontinuidade em 700 ha, ou seja, criação do perímetro de segurança nas aldeias que foram afetadas pelo incêndio, criando faixas de descontinuidade, substituindo o pinheiro-bravo e o eucalipto por carvalhos, sobreiros ou medronheiros, numa faixa de 100, ao longo das aldeias; controlo das invasoras em 250 ha, nomeadamente as mimosas e as acácias, para evitar a diminuição da biodiversidade, porque é expectável que estas plantas atinjam

a quantidade de 200 000 exemplares por hectare; instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem em 30 locais; e, creio que em alguns pontos, embora não tenha a certeza absoluta onde, troços da rede viária florestal que eram estreitos, devido aos assoreamentos decorrentes do incêndio, foram alargados para cerca de 3,5 m.

Na Junta de Freguesia da Graça, no melhor do meu conhecimento, o investimento total deve ter rondado os 150 000 €, com a recuperação e tratamento da rede viária florestal em 56 km e a regularização do regime hidrológico das linhas de água, com o corte e remoção de material arbóreo, em 9 ha.

Na Junta de Freguesia de Vila Facaia, no melhor do meu conhecimento, o investimento total deve ter rondado os 100 000 €, com a recuperação e tratamento de 43 km de rede viária florestal e a regularização do regime hidrológico das linhas de água, com o corte e remoção de material arbóreo, em 7 ha.

Na Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, no melhor do meu conhecimento, o investimento total deve ter rondado os 150 000 €, com a recuperação e tratamento de rede viária florestal em 58 km e a regularização do regime hidrológico das linhas de água, com o corte e remoção de material arbóreo, em 8 ha.

O total das quatro intervenções das medidas de estabilização de emergência é o seguinte: tratamento e recuperação da rede viária florestal em 202 km; rede secundária, 73 ha; ponto de água, 10 ha; corte e processamento de material arbóreo ardido em 178 ha; barreiras e resíduos florestais em 87 ha; obras de correção torrencial em 13 locais; plantação de floresta autóctone em 90 ha; faixa de descontinuidade em 700 ha; controlo de invasoras em 200 ha; abrigos e comedouros para fauna selvagem em 30 locais.

No somatório dos investimentos do FEM, tirando o financiamento da Câmara Municipal, temos um apoio comunitário e do Fundo de Emergência Municipal às intervenções feitas pela Câmara Municipal de 3 milhões, 401 mil 858 euros e 14 cêntimos, tendo sido investimento da Câmara Municipal 214 173 €.

Creio que ainda não respondi a tudo, à Sr.<sup>a</sup> Deputada...

Para não repetir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nos primeiros momentos disse, publicamente, que o território dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró e Pedrógão Grande deveriam, a partir daquele momento, já que ficaram a zero, obedecer a uma regra para que dali nascesse um plano-piloto, para que o nosso território ficasse ordenado, de uma vez por todas, e acabarmos com os pinheiros e com os eucaliptos, como já estão alguns bons pedroguenses a fazer, que já estão a plantar sobreiro e castanheiro.

Isso não foi ouvido e, como sabe, penso que em parte nenhuma do País está a ser feito pensado um plano-piloto para que, realmente, a floresta seja defendida. Ao defender a floresta, defendemos efetivamente as nossas aldeias.

Falou também em verbas do REVITA, não foi, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, vamos fazer assim: dado que o tamanho da resposta excedeu em muito o tamanho da pergunta, devolvo a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada para prosseguir, podendo até reenquadrar as suas questões para que as respostas possam ser mais objetivas.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, apenas referi aquilo em que me ia centrar, não estava a fazer perguntas concretas, Não me expliquei bem.

A primeira pergunta concreta que gostava de colocar ao Sr. Presidente era no sentido de pedir que esclarecesse a sua afirmação relativamente às verbas que foram entregues à Câmara Municipal de Pedrógão Grande.

O Sr. Presidente disse, no seu depoimento, que não gastou «essas verbas como outros fizeram». Gostaria que explicasse que «outros» e que «verbas». A que se referiu, concretamente, quando fez esta afirmação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se disse isso, talvez tenha errado. Não estou a acusar ninguém de ter gasto as verbas, enfim, daquilo que receberam, como eu recebi. As nossas foram depositadas no banco e de lá saíram intactas, sem ter gasto absolutamente nada, para o Fundo REVITA.

Peço desculpa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se assim entendeu.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pelo esclarecimento.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, penso que está perfeitamente esclarecido.

Relativamente a outros aspetos dos apoios que foram disponibilizados, o Sr. Presidente já nos brindou com uma descrição bastante detalhada. Se eu estivesse agora na escola, talvez fosse considerada uma aluna com algumas dificuldades a nível de défice de atenção, porque confesso que não tive a capacidade de acompanhar as suas explicações, de tão detalhadas que foram. Portanto, solicitava que essa informação fosse transmitida ao secretariado desta Comissão para depois podermos analisá-la, se necessário for.

Gostaria de fazer algumas perguntas um pouco mais genéricas, só para esclarecer alguns pontos. Daquilo que entendi da sua declaração, neste

momento, 100% da área da Câmara Municipal de Pedrógão Grande foi reflorestada e foram removidos ardidos. Confirma, ou não, este meu entendimento?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, antes de lhe dar a palavra, faço um esclarecimento.

O conjunto de informações e de factos que o Sr. Presidente nos deu é alargado e daí perguntar-lhe se se baseou em algum processo ou em algum relatório de que a Comissão se possa auxiliar, solicitando o envio do mesmo.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Posso enviar. Posso até dar os papéis para fazerem cópias.

O Sr. **Presidente**: — Gratos ficaríamos se nos fizesse chegar — se entender por bem e para não ficar como uma mera opinião — os documentos em que baseia essas afirmações. Se os tiver.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sim, sim. Com certeza, Sr. Presidente, isto foi tudo retirado das candidaturas, da documentação oficial que suportou o pagamento e a feitura destas obras.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Agora sim, tem a palavra para responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

*Pausa.*

Não se recorda da pergunta, Sr. Presidente?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não, desculpe.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que nos auxilie, esclarecendo, novamente, qual era a pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — A pergunta era esta: confirma que a área de Pedrógão Grande foi, efetivamente, reflorestada com espécies autóctones e que foi implementado um programa de remoção de ardidos?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não houve nenhum programa. O programa, agora, está na mão de cada um dos seus proprietários. Aqueles que têm mais bom-senso fazem a plantação de castanheiro e de sobreiro, enfim, daquelas árvores de origem até chegarem o pinheiro e o eucalipto.

Depois, há aqueles que vivem, efetivamente, do pinheiro e do eucalipto, o que entendo perfeitamente, e que têm de continuar a viver deles. São pessoas que todos os anos cortavam um bocadinho do eucaliptal para ajudar às suas fracas reformas, para poderem sobreviver — isto é mesmo assim! —, porque elas mal chegam para a farmácia. Mas era bom que, efetivamente, surgissem leis que determinassem o que queremos para a floresta. Claro que isso compete ao Ministério do Ambiente e ao Ministério da Agricultura, que suportam também as florestas.

Pela Câmara, fazemos aquilo que podemos, mas tem sido uma tragédia, como referi. Quando vamos mandar limpar as bermas das estradas é sempre uma chatice, temos de chamar a GNR (Guarda Nacional Republicana) para proteger os trabalhadores, porque, senão, não conseguimos limpar aquilo. Tem sido muito desagradável, mas continuamos.

Estamos a apostar e vamos continuar a apostar na limpeza, naquela que nos compete, efetivamente, por força da lei.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Peço desculpa pela insistência, mas, três anos passados, não houve um plano de remoção de ardidos, não houve um plano de reflorestação a nível global, do concelho, que fosse, efetivamente, implementado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não houve, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Até lhe posso adiantar que, quando tive — tarde demais — os 350 000 €, estava a pensar em, quando se acabasse a construção das casas, empregar aquele dinheiro na limpeza das ruínas.

Se hoje lá for, ainda vê muitas ruínas por aquelas aldeias. Aquilo é horrível, é péssimo. São as ruínas de casas que não foram reconstruídas, ruínas de outras casas que já estavam em ruína, casas agrícolas que já não vão ser recuperadas pelos proprietários... E a minha ideia era, realmente, ter limpado isso, mas não houve nenhum plano.

Alguns deixaram resíduos e, enquanto uns defendem que os resíduos devem ficar para proteger as terras quando vierem as chuvas — para estas não levarem as terras, porque, como sabe, muitas são inclinadas —, outros dizem que se deve tirar os resíduos que lá ficaram. Efetivamente, é uma tristeza caminharmos nas estradas e ver aquilo, mas não podemos entrar, mesmo com muito boa vontade da Câmara.

Quanto aos industriais de madeiras, já que compraram a madeira melhor podiam, também, levar a pior. Mas são negócios entre os proprietários e os industriais, não temos absolutamente nada com isso.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, vamos tentando fazer o melhor, com as nossas forças.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Portanto, posso deduzir que a avaliação que faz da utilização dos fundos para repor o potencial produtivo da região não é positiva?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não, estas reposições todas que aqui anunciei foram positivas.

Foram positivas, mas volta tudo ao ponto de partida. Vindo as tempestades, vindo o mau tempo, volta tudo ao ponto de partida e as câmaras... Compreendo que o ICNF ou o Governo também não tenham verbas para uma floresta tão grande, no País. Nós, Câmara, não temos verbas suficientes para isso, os proprietários não têm, o Estado português também não tem, certamente. Temos uma floresta muito grande, que esteve ao abandono todos estes anos, e, infelizmente, o primeiro sinal de apocalipse que conhecemos — cientificamente, tem sido demonstrado por canais internacionais — não tem sido levado a sério.

Portanto, para o primeiro sinal, infelizmente, a natureza escolheu Pedrógão Grande. O grande incêndio de 2017 foi o primeiro aviso e agora temos tido ameaças, como aquelas que vemos nos Estados Unidos, com os incêndios e as tempestades.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Respeitando as reservas de que nos informou, na sua intervenção inicial, gostaria de lhe perguntar se tem conhecimento de aplicação indevida de apoios públicos em Pedrógão Grande, nomeadamente nas três áreas — que não estão incluídas nessas reservas — que dizem respeito a empresas, a equipamentos e a potencial produtivo.

Em caso afirmativo, pedia-lhe alguns exemplos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não, não tenho conhecimento, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Creio que tudo tem corrido dentro da normalidade e do que a lei exige.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Considera, então, que os apoios públicos atribuídos a Pedrógão Grande foram suficientes?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quem recebe nunca está satisfeito! Não foram suficientes, mas foram, para já, os necessários e... É que, depois, houve aquele incêndio de outubro e os serviços oficiais que tinham as verbas para administrar ficaram completamente... Nunca falei com as pessoas responsáveis sobre isso, mas, por aquilo de que me apercebi, começaram a fazer contas e não havia dinheiro para tudo, nem para outubro... Por isso é que me considero satisfeito.

Creio que, com o que foi feito na região de Pedrógão, na zona dos fogos de junho, a situação estará, para já — para já! — resolvida. Mas, a minha opinião é esta: quem recebe, recebe sempre pouco.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sintetizando, da maneira como os apoios foram atribuídos, gostaria que indicasse dois aspetos que considera positivos. Quais são os dois principais aspetos positivos neste modelo, que foi seguido na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, dois aspetos positivos.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sim, sim. São aspetos positivos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Pode dizer-nos dois?

A pergunta era para indicar dois aspetos que entendesse como positivos.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Penso que o apoio às habitações foi muito importante e, depois, aquele aspeto da limpeza das ribeiras, que também foi muito importante, porque Pedrógão Grande, Figueiró e Castanheira têm muitas, muitas linhas de água que estavam, efetivamente, muito desprezadas.

Como sabem, antigamente havia os guarda-rios, que faziam as ribeiras, e na estrada havia os cantoneiros, mas tudo isso acabou. O Estado julgou que meteu dinheiro ao bolso ao acabar com a existência desses trabalhadores, mas não foi assim.

Os dois aspetos positivos foram esses.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado por evidenciar os guarda-rios.  
Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Registei ter referido que, inclusivamente, foi possível criar projetos educativos com essa intervenção nas ribeiras, e penso que esse é um aspeto a destacar pela positiva, porque passa pela valorização do património local, pelo potencial educativo que estas zonas de interior têm. Mas essa é outra conversa.

Relativamente a aspetos negativos, gostava de lhe perguntar o que é que considera que falhou e pedia-lhe, de novo, que indicasse dois exemplos de situações que deveriam ser corrigidas para que, no futuro, nunca venham a repetir-se.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, é muito difícil dizer quais são os aspetos positivos e negativos. Como disse na minha intervenção inicial, aquilo foi muito mau. Criticou-se muito a intervenção de socorro, dos bombeiros, etc., mas era impossível, era impossível... Não podemos fazer críticas àqueles que saem de casa para combater os incêndios, gratuitamente, e que deixam as suas famílias sem saber se voltam.

O auxílio às populações foi prestado da melhor maneira, dentro das possibilidades, creio, dos Orçamentos do Estado. Enfim, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a desgraça foi tão grande que não sei se haverá... Teremos que repensar isto, como já disse, para o futuro.

Isto foi um aviso da natureza, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Isto foi um aviso da natureza, não tenhamos dúvidas. Não sei se cá estarei, mas os senhores são

mais novos e cá estarão para ver o que é que vem aí, a seguir a 2017. Nunca mais pararam as tragédias no mundo e não sei onde é que isto vai parar.

Penso que, neste momento, Portugal estará na frente do combate às tragédias. Não tenho dúvidas disso e penso que os Governos deveriam olhar um bocadinho mais para o trabalho e para a formação das Forças Armadas. Pela maneira como estiveram em Pedrógão Grande e pela maneira como trabalharam, são um exemplo que deve ser seguido.

Acredito nas mulheres e nos homens de Portugal. Todos têm trabalhado no sentido de as coisas melhorarem, porque se não melhorarem sofreremos todos.

Portanto, quanto ao positivo e ao negativo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, no meu entender, fez-se aquilo que se pôde e o que não se pôde. Estivemos todos juntos, acreditei nas mulheres e nos homens que lá estiveram e vou continuar a acreditar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, faça favor de continuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aceitarei esta dificuldade em responder, entendendo que é uma questão mais política, mas é preciso ser capaz de assinalar quais foram os aspetos que falharam e, com coragem, de identificar essas fragilidades para se conseguir mudar. Infelizmente, as alterações climáticas estão aí e nada aponta para que isso se vá alterar, pelo contrário.

Perante o cenário que temos em cima da mesa, também não houve grandes alterações ao nível da gestão florestal. Continuamos a ter, em grandes áreas, uma monocultura que não é uma floresta, é uma monocultura intensiva de produção industrial que só serve alguns. De facto, se não houver a capacidade de mudar, infelizmente, estas situações repetir-se-ão.

Agradeço a sua presença.

Se calhar, não está tudo na mão dos autarcas, se calhar está, essencialmente, a outros níveis. Se não houver essa mudança, as populações que sofreram e passaram por esta tragédia voltarão a passar, neste e noutros locais.

Ainda que não tenha respondido a esta pergunta concreta, penso que é muito importante que se faça a análise de o que é que falhou, para evitar que se repita.

Termino por aqui, muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Não sendo exatamente uma pergunta, questiono o depoente sobre se quer fazer um comentário.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Acho que não.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, então.

Passamos agora às perguntas do Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Começo por cumprimentar o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e, particularmente, o Sr. Presidente Valdemar Alves. Infelizmente, não pude ouvir o início do seu depoimento, mas, de qualquer forma, quero agradecer-lhe a informação extensa e exaustiva que já nos deixou.

O PCP tem demonstrado uma posição de princípio relativamente à apreciação que faz a esta Comissão e quero transmitir-lha, embora possa até já ter conhecimento dela, porque temo-la transmitido praticamente a todos os depoentes que cá vêm. Entendemos que os trágicos incêndios de 2017, quer os de junho, quer os de outubro, jamais serão esquecidos e,

principalmente, quem viu perder os seus familiares, as suas casas, os seus rendimentos — que ficaram absolutamente comprometidos — e a construção de toda uma vida, em poucas horas, certamente não entenderá como é que esta Comissão pode constituir uma homenagem a essas mesmas vítimas, porque foi criada neste País uma ideia, que combatemos, de que as gentes daquele território são vigaristas ou pessoas que se aproveitaram deste azar.

O PCP, da mesma forma como luta para que as pessoas sejam efetivamente ressarcidas das perdas que tiveram, entende que, relativamente a situações de ilegalidade que possam ter existido, haverá locais próprios e entidades próprias para fazer esse julgamento, e penso que ninguém compactuará com ilegalidades. Mas também não podemos branquear as falhas — muitas das quais são prévias aos incêndios e cujas consequências foram precisamente os incêndios — no que deveria ter sido feito no mundo rural e no interior, nomeadamente numa região como esta, nem as falhas que aconteceram ao nível dos apoios. Esta é que deveria ser a preocupação, principalmente do PSD: saber o que ficou a faltar. Onde é que o Governo deveria ter tomado a iniciativa de apoiar e não tomou?

Nesse sentido, Sr. Presidente, temos chegado a esta conclusão, que julgo que esta Comissão tem clarificado, desvanecendo esta nuvem de suspeita sobre as populações. Felizmente, a ideia que foi criada parece estar a limpar, mas com muito esforço, principalmente do PCP, que o assume. A ideia que temos vindo a deixar bem vincada, Sr. Presidente, é a de que foram as perdas que se ajustaram aos apoios e não os apoios que se vieram a ajustar às perdas.

Gostaria que comentasse isto: foram as perdas que se ajustaram aos apoios? Ou seja, as vítimas acabaram por ter perdas superiores aos apoios que receberam, uma vez que estes não foram ao encontro das suas perdas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Quanto às vítimas, foram ressarcidas através da Provedoria de Justiça. Quanto aos valores, não sei quais foram. Não faço ideia, mas, seja qual for o valor, nunca paga a vida das pessoas nem podemos pôr isso numa tabela. É impossível, e mal de nós quando pensamos assim.

Nas ajudas da agricultura, penso que foram aquelas que foi possível ao Estado dar, e nesta altura era o Ministério da Agricultura. Foram aqueles 1053 € pagos pela segurança social, mas, penso eu, este dinheiro foi colocado pelo Governo no Fundo REVITA para pagar estes mil e tal euros...Penso eu que não era da segurança social...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Era.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Depois há aquela trave dos 5000 €. Dali para cima, as pessoas teriam de se coletar. Ora, a nossa agricultura é de subsistência, é uma agricultura pequeníssima, nem podemos considerar que temos agricultura, porque não temos. As pessoas viviam daquilo e foi muito mau para os agricultores, efetivamente. Foi muito mau. E, claro, as pessoas não se puderam coletar porque não tinham dinheiro nem condições para isso.

Em agosto, com o Presidente da Câmara de... que também foi Presidente da CIMRL (Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria)... Não me recordo do nome. Ainda fomos ao Ministério da Agricultura, creio que com o Presidente da Câmara de Castanheira e um dos representantes da CIMRL, pedir que esta fasquia subisse, mas não conseguimos. Também não justificaram, e nada tinham a justificar, porque não conseguiam. Ainda pedimos para irem até aos 7000 €, mas não conseguimos.

Estivemos lá em agosto, primeiro com um Secretário de Estado, que, depois, foi chamar o Ministro Capoulas para ver se conseguíamos, mas não foi possível.

Houve ali um grande trabalho da Direção Regional de Agricultura, que fez o levantamento e um bom trabalho de campo, é uma realidade. Vieram técnicos da Guarda, de Abrantes, de Santarém... Fez um bom trabalho, mas faltou o melhor, que seria aumentar um pouco mais as ajudas. Hoje, um barracão, por mais pequeno que seja, fica nos 5000 €. Quanto às alfaias agrícolas, foi tudo embora! Os galinheiros... Curiosamente, a primeira ajuda que chegou para os galinheiros foi da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, porque, a par da reconstrução das casas, era preciso criar aqueles currais para as pessoas voltarem a ter os seus animais, o que servia também de ajuda psicológica. Algumas empresas forneceram também algumas aves, borregos e vitelos e a Ordem dos Veterinários ajudou nisso.

Quanto a ajudas para a floresta, como sabe, não houve. Na agricultura houve estes pequenos donativos, chamamos-lhes assim, e apoios foram poucos. Mas, pronto, o Governo ajudou naquilo que podia, com as possibilidades que tinha.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quando foi criado, o Fundo REVITA foi bastante claro na sua finalidade, ainda que tivesse sido criada uma ideia relativamente a alguns dos apoios que ficavam de fora, mas já iremos explorar isso. O que o Fundo REVITA diz é que agrega os donativos, seja em dinheiro, bens móveis, etc., com vista à sua aplicação integral na revitalização das áreas afetadas pelo incêndio.

Ora, no seu entendimento, esta palavra «revitalização» significa, única e exclusivamente, repor o que se perdeu ou aproveitar esta oportunidade —

não de uma forma fraudulenta —, porque, numa casa que ficou com mais 1 m de pé direito ou que tinha a casa de banho no quintal e agora ficou com ela dentro da habitação, ou teve algumas melhorias, mais do que recuperar, isto é revitalizar. Ou seja, estas ajudas vieram, ou não, revitalizar alguma coisa?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Presidente.

**O Sr. Valdemar Alves:** — Sr. Deputado, todas as ajudas que venham ajudam a revitalizar. Vieram aquelas ajudas do REVITA para as casas, mas não foi só o REVITA que construiu casas. Foram também entidades privadas; a União das Misericórdias, em conjunto com a Fundação Gulbenkian; a Cáritas; a SIC Esperança, que é uma fundação da SIC; uma empresa de construção do Norte, a Mota-Engil, que foi a primeira a chegar e a construir. E isto na área das casas.

Nas outras áreas chegaram muitas ajudas, mas as maiores foram diretas, porque as pessoas não as levavam às entidades. Eram aqueles que vinham em camiões alugados e, como não queriam esperar, chegavam aos bombeiros ou à porta da Câmara e descarregavam as coisas. Todos os dias, durante os dois ou três meses de verão, chegavam pessoas com bens, quer alimentares, quer mobílias ou roupas, e deixavam-nos em casa das pessoas. Até, dinheiro, inclusive. Tudo isto foram ajudas.

Houve uma grande ajuda aos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira e Figueiró por parte do povo português, que vinha de todo o continente e ali desaguava, não tenhamos dúvidas.

Há pouco, o Sr. Deputado referiu também que Pedrógão Grande não ficou com a má imagem que se diz, mas que ficou com uma má imagem na comunicação social.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que, talvez devido à COVID, visitaram Pedrógão, sem exagero — estou para fazer publicamente esse agradecimento, um dia — milhares e milhares de pessoas nos meses de julho, agosto e setembro. Eu tinha uns enfeites para o dia do concelho, em julho, que ainda não tirei, ainda lá estão para receber as pessoas que lá vão. O senhor nem imagina! Eram pessoas da Rota da Estrada Nacional 2, das Aldeias de Xisto, da Grande Rota do Zêzere e outras, que vinham de propósito a Pedrógão Grande. O parque de campismo esteve sempre a abarrotar, sempre cheio de pessoas, e os nossos restaurantes chegavam a fazer duas mesas, até que tive de dizer para porem esplanadas e eles vieram para as ruas com esplanadas.

Até hoje, não houve uma pessoa que me tratasse mal ou que me dissesse alguma coisa. Ando por Lisboa, reconhecem-me, olham para mim, uns falam e outros não dizem nada. Algumas dezenas dirigiram-se a mim, com agrado e com respeito, e tenho de reconhecer isso, pelo que quero fazer um agradecimento público a estes milhares de portugueses e espanhóis, principalmente da Galiza, que nos visitaram. Eu era reconhecido por essa gente.

Já vieram aqui dizer, como ouvi, que Pedrógão Grande é muito conhecido pelos malandros e pelos vigaristas, mas isso não corresponde à verdade. Isso é uma ingratidão que se faz ao povo português, porque quem está em Peniche, no Algarve ou no Porto não diz isso. Já se sabe que há um setor, principalmente a comunicação social e aqueles que estão por detrás da comunicação social, que alimenta isso, efetivamente, para que digam mal de Pedrógão Grande e, principalmente, do Presidente da Câmara de Pedrógão Grande. Mas eu sei que isso não corresponde à verdade e não o devemos aceitar.

As pessoas gostam de Pedrógão, continuam a ajudar Pedrógão e a prova foi nestes meses de julho, agosto. Setembro está a terminar, mas ainda temos o parque de campismo com muita gente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quero recordar-lhe a avaliação que o PCP faz dos objetivos desta Comissão, cujo primeiro depoente foi o ex-Presidente do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), o Sr. Victor Reis, que investigou, até ao limite das fronteiras, apenas o concelho de Pedrógão Grande, e já sem ter as funções de presidente. Isto revela alguma premeditação relativamente à intenção do que se estava à procura. De qualquer forma, Sr. Presidente, não queremos, de maneira nenhuma, alimentar isso. Aliás, temos uma boa opinião relativamente a estas pessoas e defendemo-las acerrimamente.

Relativamente a este processo dos apoios, na fase de inventário — não sei se o Sr. Presidente já respondeu a isto —, como é que a Câmara participou, em termos do processo de identificação das perdas, no levantamento?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder, mas peço-lhe que ligue o microfone.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, o levantamento de tudo o que se pôde levantar começou exatamente com a primeira ordem que lá apareceu, porque o Presidente da Câmara não mandava nada. O Governo chegou logo no dia 18 e começou a trabalhar, depois apareceram o IHRU, as CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional), já lá andava a Marinha e já era uma guerra entre eles.

O IHRU andou lá com *drones*. Como é que se podia fazer um levantamento se os técnicos não queriam ir dentro das casas que arderam? A Marinha ia, com as suas botas e com as suas fardas, fazer esses levantamentos e falar com as pessoas. Viam as pessoas sem casa e perguntavam-lhes se tomavam comprimidos para a tensão ou para a diabetes, por exemplo, e faziam uma ficha. Iam dois médicos da Marinha, um padre, dois psicólogos e os operacionais que levavam comida, porque a Marinha armou uma cozinha de campanha no quartel dos bombeiros. Estes foram os primeiros a chegar.

Aquele homem que esteve aqui ontem, aquele vereador, foi dos primeiros a chegar ao terreno, juntamente com a nossa assistente social, que não aguentou quando viu os mortos e foi embora. Depois, apareceram o IHRU, os técnicos das CCDR e todos queriam ser donos... Não sei onde estava o entusiasmo daquela gente em querer ser os donos da reconstrução e do levantamento. Nunca percebi o porquê e ainda hoje estou para perceber.

Tanto assim foi que o Sr. Arquiteto do IHRU chegou a classificar uma igreja, que a Câmara de Pedrógão Grande vai recuperar agora — uma capela pequenina, de Nossa Senhora das Brotas, que ardeu toda, até mesmo a imagem —, como sendo uma primeira habitação. Portanto, veja onde é que havia ali noção do levantamento das coisas!

Esta foi a informação que tive, porque aquilo foi uma guerra tremenda. Depois, vinham todos — andámos ali cerca de 21 dias — e reuníamos numa mesa como esta, no Salão Nobre da Câmara Municipal. O comandante daquilo tudo era a Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa e juntavam-se todos: do IHRU, da Marinha, da Câmara de Pedrógão Grande, das juntas de freguesia. Ou seja, estava lá toda a gente. Quem mais estava? Os médicos, que estavam lá desde a primeira hora, a segurança social de Leiria, que chegou lá na primeira hora e creio que até foi no carro do Presidente da República, porque a GNR não deixava passar.

Portanto, era um leque de gente que, realmente, não falhou. Também a saúde, com os psicólogos, nunca abandonou aquilo e esteve lá sempre, ainda hoje lá anda. Tivemos 32 psicólogos lá! Tenho aqui também, e irei depois enviar para o Sr. Presidente da Comissão, um relatório da Proteção Civil onde se relata o excelente trabalho que os psicólogos fizeram. Pela primeira vez, na história da Proteção Civil e da Ordem dos Psicólogos, foi acionado aquele trabalho da Ordem dos Psicólogos. Tivemos lá 32! Estavam também os psicólogos da Santa Casa de Lisboa.

Olhe, Sr. Deputado, éramos muitos e era desde manhã até ao pôr-do-sol!

Sinceramente, eu estava ali permanentemente, porque todos os dias lá tinha ministros e secretários de Estado ou o Presidente da República. Não avisavam, nem tinham nada de avisar, mas iam e tenho a agradecer isso. Eu não conseguia sair da sede da Câmara Municipal.

Portanto, quem é que andava no terreno? Não era por minha ordem nem por ordem de ninguém. Tínhamos ordens dentro da nossa alma, tínhamos de ir! O vereador foi fantástico, não parou. Nem o Sr. José Graça, que andava na freguesia da Graça, que é a freguesia dele. O Dr. Bruno Gomes era de Vila Facaia, conhecia o terreno e as casas, tinha lá familiares e conhecia aquela gente porque tinha estado na freguesia.

Portanto, Sr. Deputado, aquilo foi muito mau. Sabem do que me lembro? De muitos voluntários a chegar, que nem conhecia. Depois, apareciam voluntários para tudo e mais alguma coisa e tive de pedir à GNR para colocar alguns fora do concelho. Malta que vinha de Lisboa, muita gente nova, mas... Outros chegavam lá e queriam comida e dormida, com horas estabelecidas para prestar o seu trabalho voluntário. Eu dizia: «Pá, não temos hotéis, não temos pensões e vocês dormem como os marinheiros, em camas de campanha». Os marinheiros, quando vão, levam o quartel às costas e tínhamos isso, que foi a grande âncora de Pedrógão Grande. Foi com muita

dor que, ao fim de cerca de 21 dias, os vi partir. Estiveram lá mais dias, desobedecendo ao Ministro da Defesa, para me ajudarem.

Não sei se a Comissão ouviu alguém da Marinha, mas acho que deveriam ouvir. Esses, sim, foram os homens e as mulheres que estiveram ali, desde a primeira hora até os deixarem estar, e abriram, como eu disse, uma cozinha de campanha no quartel dos bombeiros, onde serviram milhares largos de refeições aos voluntários, aos bombeiros que vinham para ajudar, aos bombeiros que vieram de Espanha... Toda a gente comia ali à conta da Marinha. Eles serviam toda a gente! Serviam-se ali centenas e centenas de refeições ao meio-dia e à noite.

Isto é muito difícil, realmente, podermos... Vi alguns filmes do Vietname e faz-me lembrar aquela fuga dos americanos e a entrada dos vietnamitas. Aquilo era uma loucura, Sr. Deputado.

Peço desculpa por estar a alongar-me.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, até o ia questionar, precisamente, quanto à operacionalização, mas já a descreveu. Quando disse que foi «muito mau» estava a referir-se a essa operacionalização e coordenação? É isso que quer dizer?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Valdemar Alves**: — A coordenação não foi má. Foi difícil, mas surtiu efeito. Enquanto lá estive a Marinha foi muito bom, porque era a tropa e tentavam, sem mandar, com conselhos... Houve ordem e disciplina. Houve uma certa aflição, mas conseguiu-se levar tudo até ao fim, como está a acontecer. Graças a Deus, estamos no bom caminho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Do ponto de vista das relações e da cooperação entre as entidades envolvidas não houve problemas? Verificou-se um bom processo?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Desculpe, Sr. Deputado, não percebi.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Referia-me à relação e à cooperação entre as diversas entidades envolvidas. Não houve complicações? Tudo correu bem?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Tudo correu bem, Sr. Deputado. Há um ou outro... Mas isso é como em tudo, até nós, às vezes, quando discutimos futebol, ficamos aborrecidos uns com os outros. Mas correu tudo bem e por isso é que aquilo está de pé e estamos a andar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Relativamente a todo o processo, pode identificar as fragilidades, desde o levantamento, ou seja, desde a fase de inventário, até ao processo de ajudas, nas mais diversas vertentes, seja na agricultura, na floresta, nas famílias, na indústria? Quais foram as maiores dificuldades que sentiu em todo esse processo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, sinceramente, as dificuldades foram aquelas que há pouco disse que poderiam não gostar, de que para quem recebe é sempre pouco. Pela experiência que não tínhamos, em Portugal, de uma tragédia daquelas, acho que é um bom exemplo para o futuro, para outras catástrofes que possam vir. Acho que podem ir ali beber muita coisa.

Não tenho conhecimentos técnicos para dizer o que falhou. Dizem que falhou muita coisa das comunicações, mas, para o fogo que foi, nada falhou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Já referiu várias vezes que para quem recebe é sempre pouco, mas há uma questão que, de certa forma, identificámos, a de que a responsabilização das perdas passou para dois níveis. Num nível, passou para as vítimas, e na agricultura é bastante claro que houve pessoas a apresentarem perdas muito inferiores às que efetivamente tiveram. Portanto, as vítimas assumiram a responsabilidade por algo de que não tiveram a culpa. Por outro lado, houve também transferência da responsabilidade de apoiar para os municípios.

Entende que, de certa forma, houve uma desresponsabilização por parte do Governo, transferindo essa responsabilidade, quer para as vítimas, quer para as autarquias, no sentido de também elas terem uma municipalização das ajudas?

Refiro-me, até, ao Fundo de Emergência Municipal, por exemplo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Quanto a essa responsabilização, não sei, realmente, quem é que estamos a empurrar. É um facto que, agora, aparecem

no processo como arguidos aqueles que menos culpas têm e os que mais trabalharam, como é o meu caso e o caso do Vereador Bruno Gomes. Só aparece, portanto...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para terminar, presumo.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, compreende-se, Sr. Presidente, que queira remeter-se ao silêncio em determinadas áreas, está no seu direito. Respeitamos isso e compreendemos perfeitamente, até porque este incêndio não teve só uma dimensão em termos de danos materiais, como também a componente de perda de vidas humanas que, depois, veio trazer-lhe uma outra dimensão.

Quero questioná-lo sobre os serviços públicos. O Sr. Presidente fez uma referência muito vaga sobre a perda de serviços públicos, muitos deles relacionados com a agricultura, com as zonas agrárias, com os serviços de extensão rural, com os apoios a uma agricultura que não tem capacidade, em termos técnicos, para suportar as exigências de inovação, de novos investimentos e tudo mais.

Sentiu que houve opções políticas, no passado, que retiraram serviços públicos que teriam feito falta, caso lá estivessem? Neste momento, que serviços públicos, nomeadamente de educação, saúde ou segurança, estão na iminência de se perder? E, quanto a nós, perder-se esses serviços públicos é mais uma acha para a fogueira destes incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, obrigado pelo pedido de esclarecimento.

Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, serviços públicos não perdemos. Temos lá um engenheiro da zona agrária, que se mantém. Antes do incêndio, até, queriam fechar uma escola na freguesia da Graça, mas lá conseguimos que se mantivesse aberta. Transferiram-se algumas crianças, para haver um número suficiente, dentro dos limites da lei, que vão de Vila Facaia para a Graça, e mantivemos a escola.

Portanto, por agora — ao menos, valha-nos isso —, não há diminuição de instituições públicas. Precisávamos, sim, de um aumento de empresas privadas, com uma pequena indústria, nem era preciso ser muito grande. Foi sempre isso que esperámos, mas vamos lá ver quando vem.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vamos poder ter o contributo do Grupo Parlamentar do CDS, porquanto o Sr. Deputado João Almeida, que esteve nesta audição, teve de se ausentar por motivos de acumulação de agenda parlamentar, sem prejuízo de esta audição, como todas, ser gravada e poder ser consultada ou ouvida mais tarde.

Daria, assim, a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa, em representação do Grupo Parlamentar do PS.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, bem como o Sr. Advogado que o acompanha.

Em primeiro lugar, compreendemos bem as questões de direito penal que nos coloca e as próprias dificuldades que isso cria, no seu direito de defesa, para responder às matérias na área da habitação. Por isso, respeitamos o seu direito.

Comecemos por falar da situação político-partidária no concelho de Pedrógão Grande aquando dos incêndios de junho de 2017.

Em junho de 2017, o senhor era Presidente por que força partidária?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Pelo PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Na data dos incêndios já era conhecido que não era candidato pela mesma força política?

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — A sério?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Na data dos incêndios, em junho de 2017, já era conhecido que me candidataria pelo PS.

*Protestos da Deputada do PS Emília Cerqueira.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, considera que estes factos, de política partidária, têm tido interferência na forma como este processo tem decorrido, nomeadamente até na constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O Sr. **João Dias** (PCP): — Ora toma e embrulha!

*Protestos da Deputada do PS Emília Cerqueira.*

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, isto é um pouco difícil... É um pouco difícil, mas, no meu entender, acho que sim, que tem havido aqui uma interferência e que lamento bastante, porque não há razão para isso. Nem quero pensar nisso.

Em 2013, fui chamado a Pedrógão para ser presidente de câmara, porque, na altura, o PSD não tinha candidato. À terceira vez é que aceitei, porque o PSD não conseguia arranjar candidato.

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

Eu estava em Lisboa. A minha vida foi em Lisboa, por mais de 50 anos, como o Sr. Doutor sabe. A minha família não queria que eu viesse para a Câmara de Pedrógão Grande em 2013.

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — É preciso calma!

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Isto é muito importante para a Comissão!?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Eu era amigo do Sr. Presidente da Câmara, que estava para sair, e aceitei, efetivamente. Aceitei e, pronto, depois as coisas começaram a andar.

Depois, fui convidado... Eu não era militante do PSD, não tinha assento na comissão concelhia, e fui lá chamado para tratar de dois pontos: de problemas da Câmara — lá respondi! — e de eleições. Ao que diz o Dr. João Marques: «Digo-lhe, desde já, que vou ser o candidato». Fiquei surpreendido... Ele olhou para mim e disse «eu sou o candidato. Sou eu»...

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

Olhei para ele e disse: «Ai és?! Olha, eu também.»

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Não é assim!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradecia, sem prejuízo...

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, peço um ponto de ordem à Mesa. Pedia respeito, da mesma forma que o tivemos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, antes de mais nada, vai-me permitir que termine de intervir, porque está a falar o Presidente.

Pedia que dessem condições ao nosso depoente para prosseguir o seu depoimento, muito embora — como percebemos todos — começemos a ficar manifestamente longe. Mas a pergunta foi feita, a resposta há de ser dada e haverá, depois, avaliação política por cada grupo parlamentar.

Sr. Presidente, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, a partir dali, não gostei. Fiz-me valer dos meus direitos, levei ao conhecimento, na altura, do Dr. Passos Coelho, fiz chegar a todos os presidentes de câmara do PSD do distrito de Leiria a minha posição e aquilo que o PSD estava a fazer, que não seria muito correto, e pronto...

O pessoal do PS não estava a dormir e veio ter comigo. «Ouve lá, queres ser candidato?», perguntaram-me. E pronto!

*Risos.*

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

Efetivamente, aceitei. Pronto, e o resultado é este: estou aqui.

O Sr. **Presidente**: — Foi das respostas mais completas desta Comissão de Inquérito.

Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Mais nada!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, até pelo nervosismo a que podemos assistir, na bancada do Partido Social Democrata, percebemos bem que este tema não é indiferente à condução dos trabalhos e, até, à necessidade de o Partido Social Democrata ter proposto esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Hoje, até pela forma como tem decorrido, temos mais certeza de que tem existido uma tentativa de instrumentalização político-partidária desta Comissão.

Sente que existe algum condicionamento, e também uma tentativa de ajuste de contas, na forma como este processo tem sido conduzido, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito e do ponto de vista público?

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Acho isto fantástico!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, quero ter muito respeito por V. Ex.<sup>a</sup> e por todos os Deputados que estão aqui. Tenho muito respeito, são eleitos e, Deus me livre. Tenho bons princípios, fui educado por pessoas que me ensinaram a respeitar e, até, a ser solidário... Até a ser solidário.

Quanto a instrumentalização, não conheço aqui ninguém, não sei como é que isto decorre, não sei... O que é que hei de dizer ao Sr. Deputado?

Resumindo, não me admira que me façam isto, porque quando ontem se falou aqui com o Dr. Bruno Gomes sobre uma carta que ele escreveu julgaram que ele se estava a referir ao Presidente Valdemar Alves, mas não estava. Estava a referir-se aos companheiros dele, do PSD de lá, não se estava a referir ao Presidente, que sempre o tratou bem. Não me referiu a mim, exatamente para não me estar a molestar e a dizer que estava comigo. Portanto, era para o PSD, que tratou muito mal o seu vereador, o seu militante e que foi presidente da concelhia. Atiraram-no aos lobos e, hoje, ele está como arguido no processo, não por culpa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, sobre este tema, entregamos, para constar também da ata, um comunicado que o Grupo

Parlamentar do Partido Socialista realizou sobre a instrumentalização da Comissão Parlamentar de Inquérito às vítimas de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só um esclarecimento, este comunicado foi divulgado ou é para divulgação?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, já foi divulgado.

O Sr. **Presidente**: — É apenas para ficar a fazer parte do acervo da Comissão.

Será então distribuído aos Srs. Deputados, sem prejuízo de ter sido dada publicidade pública, se bem entendi.

Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, só para esclarecer, este comunicado já é do conhecimento público.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Não lemos comunicados do PS.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Apenas foi dado conhecimento, atendendo à circunstância do que aconteceu hoje e, também, para explicar qual é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sendo ainda a resposta a um comunicado que o Partido Social Democrata realizou, a seu tempo.

Sr. Presidente, em 20 de setembro de 2018, uma revista semanal criticou a criação, no plano legal, do Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução, dedicando, aliás, algumas páginas ao mesmo, falando até de que foi ultrapassada e fintada a Assembleia Municipal, partindo do pressuposto de que estávamos a falar de uma estrutura orgânica municipal.

Entretanto, o Tribunal de Contas, e no que refere à constituição do Gabinete, diz que não se trata de uma estrutura orgânica e coloca total legalidade na mesma. Achamos estranho, até, que o PSD, ao falar dessa estrutura orgânica, estivesse mais preocupado com a pequena política do adjunto ou o que quer que seja.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Porque é que estão tão preocupados com o PSD?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O que tem a dizer sobre esta nota do Tribunal de Contas, referindo a total legalidade deste Gabinete?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, quanto ao GORR, muita gente tem feito muita confusão e não sei porquê. O GORR nasceu, precisamente, do trabalho que a Marinha portuguesa estava a fazer, que era de receber as pessoas e encaminhá-las.

O GORR já não tinha lá os médicos da Marinha, não tinha os psicólogos da Marinha, não tinha o médico de clínica-geral da Marinha, portanto, recebia as pessoas que lá se iam queixar e encaminhava-as para o hospital.

Mas isto está no processo e querem incriminar também sobre isso...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para prosseguir, o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, nesta Comissão, há relativamente poucas audições, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de

Vila Facaia, José António Dinis Henriques, referiu que, da parte dele, enquanto Presidente da Junta, existiu um conjunto de alertas sobre alegadas irregularidades.

Não deixa de ser estranho que, depois do requerimento realizado para obter esses *e-mails*, que o mesmo date de 19 de julho de 2018, bem depois do incêndio. Vou ler o respetivo *e-mail*: «Vimos, por este meio, pedir a V. Ex.<sup>a</sup> esclarecimentos, na sequência de notícias divulgadas hoje, por determinada revista». Ou seja, as eventuais irregularidades, para as quais foi chamada a atenção, e que nesta Comissão transpareceu para toda a gente que tinha sido na altura dos apoios ou na altura dos incêndios, datam, afinal, de 19 de julho de 2018, depois da reportagem da *Visão*.

Estas datas aqui colocadas correspondem à verdade?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Efetivamente, não me recordo de ele ter feito uma denúncia qualquer. Sei que houve um ofício, efetivamente, a pedir satisfações sobre o que vinha na revista. Sobre o que vinha na revista... Mas, poderia tê-lo feito pessoalmente, e, aliás, esteve sempre presente, com todos os presidentes de junta, naquelas reuniões que fizemos, ao longo de 20 e tal dias, devidamente dirigidos pela Prof.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa, da CCDRC.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Para melhor compreendermos este *e-mail* — pois, pela forma como foi aqui colocado, parecia que estávamos a falar de algo na altura dos incêndios e não de um pedido de informação no contexto da reportagem de uma revista —, questiono se o Sr. Presidente da

Junta em questão tem alguma responsabilidade partidária no PSD de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — É o Presidente da comissão concelhia do PSD, creio eu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Costa (PS)**: — Então, pelo que o Sr. Presidente Valdemar Alves nos referiu, o Sr. Presidente da Junta de Vila Facaia é presidente da concelhia do PSD de Pedrógão Grande e, segundo nos constou, até poderá ser o eventual candidato à Câmara Municipal de Pedrógão Grande, percebendo-se, aí, a agenda que nos colocou na sua audição.

Também o Sr. ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, Pedro Nunes, disse que não existiam listagens dos apoios, coisa que o próprio Tribunal de Contas diz que é mentira.

Como é que classifica essas afirmações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Talvez por desconhecimento do próprio Presidente da Junta. Na altura, os três presidentes de junta já estavam todos contra mim. Portanto, já estava desencadeado o processo eleitoral e eles eram todos do PSD, pelo que tinham de estar contra mim. Difamaram-me e injuriaram-me em plenas campanhas, dizendo que eu estava velho, que tinha Alzheimer e não sei quê e pronto... O resultado foi este: perderam as eleições. Não ganharam.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, ainda há pouco disse — e no Grupo Parlamentar do Partido Socialista sublinhamos isso — que a população portuguesa tem muito respeito pela população de Pedrógão Grande. E ainda bem! É importante e temos muito respeito e muito gosto na população de Pedrógão Grande, mas o senhor disse que existe quem alimente o dizer mal de Pedrógão Grande. Quem é que está por trás dessas pessoas que alimentam isso?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, é muito difícil dizer-lhe quem é que está por trás disso, porque não tenho provas, não é?! Quem está à frente, para já, é a comunicação social. Não sei como, mas está! Alguns órgãos de comunicação social.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Compreendendo que, provavelmente, poderá não responder à próxima pergunta, recordo que o Sr. Presidente do IHRU falou nos tais «telhados de manteiga» em relação a algumas construções, dizendo, em várias sedes, que era algo que só existia no concelho de Pedrógão Grande.

Com todo o respeito pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, que já esteve aqui presente, ela afirmou que processos idênticos existiam também no concelho de Castanheira de Pera. Por isso, questiono o seguinte ao Sr. Presidente: porque é que, na sua opinião, para

processos iguais, que foram aqui assumidos como iguais pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, apenas se foque publicamente o caso de Pedrógão e até se diga que não existem outros casos, quando a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal colocou precisamente essa matéria?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

*Pausa.*

O Sr. **Valdemar Alves**: — Desculpe, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Estava a conceder-lhe o tempo necessário para poder trocar impressões com o seu advogado.

Tem, assim, a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, o problema é o do processo-crime que tenho, pelo que não posso falar. Não devo falar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Costa (PS)**: — O Sr. Presidente ainda há pouco falou das respostas na saúde. Na sua opinião, como foram as respostas na saúde por parte dos poderes públicos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, foi das melhores e ainda hoje estão no terreno. Está lá a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Araújo, com uma equipa de psicólogos e de enfermeiros de psiquiatria. Mantêm-se lá.

Como disse há pouco, logo no primeiro dia, no domingo, e durante algumas semanas, tivemos lá 32 psicólogos... Aliás, vou mandar esse trabalho, que tenho aqui e de que já falei ao Sr. Presidente, ou se quiserem fazer fotocópia hoje, posso deixar desde já.

Ainda hoje fazem um trabalho científico com uma instituição pública, em que vão medir o ar. Pouco tempo depois já estavam a medir o ar, a saber como é que estava, se mantinha a pureza que havia. Combinaram e, depois, foram levar umas galinhas a várias aldeias, para depois os ovos serem analisados... Enfim, aquela parte científica toda tem sido acompanhada.

A parte de psicologia está garantida, mas há uma parte mais fraca que, realmente, não podemos aceitar que é a do centro de saúde, que tem dois médicos que estão para ser reformados. Pelos concursos que se veem no *Diário da República*, não há médicos e qualquer dia estamos sem médico. Isto para ali, para Pedrógão, porque para Castanheira e Figueiró... Para Pedrógão é muito grave ficarmos sem médicos, mas as equipas de psicologia que estão no terreno vão lá duas ou três vezes por semana, e vão a casa das pessoas. A nossa assistente social da Câmara, mais a assistente social da segurança social...

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Quantas vezes por semana?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Vão uma média de duas ou três vezes por semana. Estão no consultório e vão a casa das pessoas. Quando as pessoas não aparecem, eles vão saber delas, vão a casa das pessoas. O mesmo se passa com as assistentes sociais, a da segurança social e a nossa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa (PS)**: — Sr. Presidente Valdemar Alves, em relação ao apoio às empresas, bem sabemos que a economia de Pedrógão Grande é a economia de um concelho pequeno do interior do País.

Como é que foi o apoio às empresas afetadas pelo incêndio? Como é que correram esses apoios? As empresas foram apoiadas ou não foram apoiadas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sim, Sr. Deputado, já agora, e porque não completei a resposta anterior relativa aos psicólogos e aos psiquiatras, aproveito para dizer que, graças a Deus, até hoje, tem resultado e não houve suicídios em Pedrógão Grande, como chegou a ser noticiado pelo líder do PSD na altura, o Dr. Passos Coelho, que foi enganado por essa informação.

Quanto às empresas, o Sr. Deputado era capaz de não estar presente, mas eu li, há pouco... Foram 22 milhões de euros de ajuda...

O Sr. **Hugo Costa (PS)**: — Sr. Presidente, o que eu queria era que concretizasse se houve alguma empresa que não foi apoiada, ou se foram todas apoiadas.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Foram 20 milhões e 297 mil euros, para 27 empresas, e abrangeu 126 trabalhadores, o que foi muito bom, para não ficarem no desemprego.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, eu tinha ouvido esses dados na globalidade, mas a minha pergunta concreta era no sentido de saber se houve empresas que necessitavam e que não foram apoiadas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Não tenho conhecimento de empresas que não foram apoiadas.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — E quanto a pequenos agricultores, de agricultura de subsistência, tem conhecimento de algum que não tenha sido apoiado?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Todos foram apoiados com estes pequenos apoios, que não deram para cobrir algumas grandes despesas que tiveram. Foi o caso dos barracões, onde as pessoas guardam as suas alfaias agrícolas, outras alfaias que perderam, etc. Uns foram até aos 5000 €, mas a maioria ficou-se pelos 1053 €.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Do ponto de vista das florestas já foram aqui colocadas várias narrativas diferentes e, por isso, pergunto-lhe: como é

que foram os apoios na área das florestas, nomeadamente na constituição do cadastro? Correu bem, ou não, no concelho de Pedrógão? Como é que avalia esta questão?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Está a decorrer. Na altura, foi logo implementada a recolha do cadastro e temos dois funcionários só a tratar disso.

Na altura, para apoiar os projetos da agricultura e das casas, tivemos um posto na freguesia da Graça e outro na freguesia de Vila Facaia. Agora temos, na Câmara, um posto com duas pessoas a tratar do cadastro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para terminar.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria dar um especial cumprimento à população de Pedrógão Grande, que sofreu, e muito, com este incêndio de 2017. Na pessoa do Sr. Presidente, queria enviar esse cumprimento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está assim concluída a primeira ronda de perguntas.

Para dar início à segunda ronda, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra ao Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho de voltar à matéria dos donativos em espécie. As pessoas que deram o que podiam e o que não podiam, por vezes, para auxílio àquelas populações sentiram-se defraudadas quando viram aquelas reportagens. Mas, afinal, os bens chegaram ou não chegaram a quem mais necessitava? Ou ficaram armazenados? E, se ficaram, porquê?

Há pouco falou de questões partidárias e eu não percebi. Quando falou dessas questões, quis dizer algo parecido com «a atribuição dos apoios teve carácter partidário ou preocupação com as eleições autárquicas que decorreram nesse ano»? Fiquei na dúvida sobre se aqueles que «não estavam a dormir» — e a expressão é sua — o pressionaram a atribuir os apoios ou se o instrumentalizaram, como parecem querer fazer aqui.

Disse, há pouco, que o aspeto positivo foi o apoio às habitações. Ora, esse apoio veio do REVITA, um Fundo que foi criado, essencialmente, por donativos particulares. Entende que o apoio do Governo, nesse Fundo, de apenas 2,5 milhões de euros foi suficiente?

Induzi das suas palavras que, naquela noite, tudo falhou e que se sentiram ao abandono, mas também percebi que, depois de tantas promessas, o abandono continuou e o Governo voltou a esquecer-se quando as câmaras de TV se desligaram. Certo?

Mas, mais: quando lhe pergunto sobre a questão dos donativos em espécie ou das «casas da vergonha» não é para o acusar a si, porque essa não é a nossa função. Apenas gostava de saber se a culpa morre solteira ou se entende que nestas matérias há, de facto, culpados?

A classificação do IHRU no inventário que há pouco fez referência...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou pedir-lhe a sua ajuda, a bem da própria audição, porque começa a ser manifestamente difícil ao nosso depoente conseguir fazer o registo de todas as perguntas.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Compreendo que tem uma limitação de tempo,...

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sim, é por isso!

O Sr. **Presidente**: — ...mas, se for preciso, a Mesa concede-lhe alguma tolerância para garantir que o depoente pode registar as perguntas.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Agradeço, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Se faltar alguma, posso repetir, se assim entender.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado pode prosseguir? Está em condições de continuar a registar as perguntas?

O Sr. **Valdemar Alves**: — Estou um pouco preocupado, porque eu não disse que as televisões se desligaram...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Eu não disse que tinha sido expressão sua. O que eu disse foi que o Governo voltou a esquecer-se, porque, a dada altura, as promessas foram só promessas.

Pergunto, e a expressão é minha, se o Governo voltou a esquecer-se quando as câmaras de TV se desligaram. A expressão é minha, não é sua!

O Sr. **Valdemar Alves**: — Ah, sim!

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A classificação do IHRU, no inventário a que há pouco fez referência, sobre a Capela de Nossa Senhora das Brotas, não é correta, porque o levantamento, que aqui tenho, indica-a como capela. Peço-lhe que indique o que é que queria dizer com aquilo, ou se a lógica é a mesma do GORR, porque cada intervenção sua que oiço contraria a anterior. Ou o Sr. Presidente também foi enganado?

Pergunto-lhe ainda se, depois da catástrofe, alguma coisa mudou no reforço do combate aos incêndios e, também, se o dispositivo essencial de combate a incêndios florestais foi reforçado.

Termino apenas com este comentário: acho estranho que o PS esteja sempre a atacar a comunicação social por trazer a lume a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Não existindo mais inscrições para esta segunda ronda, dou a palavra ao Sr. Presidente para responder.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, quanto às promessas do Governo, é aquela parte económica que referi de que iriam arranjar investidores, mas os investidores não apareceram.

Se os bens chegaram? Chegaram, Sr. Deputado, os bens chegaram.

Quanto aos fundos do REVITA... O REVITA era dinheiro do Estado e houve o das outras empresas que também estiveram na construção. E

chega, porque o REVITA tem lá um milhão e tal de euros, o que ainda dá para fazer muita coisa, se assim o entenderem.

Quanto a isto da Capela das Brotas, Sr. Deputado, eu vou ver e depois mando-lhe o processo que lá temos e que foi levantado por eles. Eu vou confirmar isso e se errei peço desculpa, mas foi o que, na alguma, se criticou lá na Câmara.

Sobre o combate aos incêndios, Sr. Deputado, se aparecer um incêndio como aquele não se consegue combater, e temos exemplos disso pelo mundo. Nos Estados Unidos, veja os dias, os meses, em que estão a arder; a quantidade de aviões, com depósitos...

Sr. Deputado, aquilo foi uma coisa do outro mundo. Foi uma coisa que nem é para recordar! Não havia hipótese de o apagar. Alguma coisa esteve mal? Talvez. Houve ali umas coisas de que as pessoas se queixaram, mas que não posso confirmar, nomeadamente de que os aviões iam encher à barragem de Pedrógão, que é ali ao lado, e iam para o incêndio de Góis. Eu não posso confirmar isso, mas há quem confirme que ficámos lá com um helicóptero ou dois e que o resto foi para cima... Mas isso não posso garantir.

Sobre futuros combates a incêndios, Sr. Deputado, não vai ser fácil, porque com incêndios como aqueles, e que prometem voltar iguais, se não nos prepararmos com a limpeza das florestas e com a mudança do tipo de floresta que temos, torna-se muito perigoso.

Sr. Deputado, peço-lhe que veja se consegui responder ou se ficou alguma coisa por dizer.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Está tudo, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa regista ainda a inscrição do Sr. Deputado relator, Jorge Paulo Oliveira.

Sr. Deputado, como sabe, tem a palavra para uma intervenção até ao máximo de 2 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, tenho dois tipos de perguntas para lhe colocar relativamente a dois tipos de apoio. Um primeiro tipo de apoio é, exatamente, o programa de apoio à reposição e reparação das infraestruturas e equipamentos municipais.

O Sr. Presidente, na sua intervenção inicial e numa resposta à Sr.<sup>a</sup> Deputada do Bloco de Esquerda, teve oportunidade de identificar um conjunto de investimentos nesta área, mas fiquei com esta dúvida: sabemos, ou pelo menos temos essa notícia, que, no âmbito deste programa — que, como sabemos, era apoiado em 85% por fundos comunitários e em 15% através do Fundo de Emergência Municipal —, o município de Pedrógão Grande candidatou 4,8 milhões de euros e recebeu 3,8 milhões de euros.

As perguntas que tenho para lhe fazer são estas: todas as infraestruturas municipais e equipamentos danificados pelos incêndios foram, ou não, reabilitados e recuperados? E foram-no todos no âmbito deste programa? Ou, pelo contrário, alguns desses equipamentos e instalações ainda não foram recuperados ou foram todos recuperados, mas há uma parte deles que o foram por via do orçamento camarário? Neste caso, qual o montante que a Câmara Municipal teve de dispor para essa recuperação?

Um segundo tipo de apoios prende-se com a área da saúde mental. Há um relatório, datado de maio de 2018 — e, Sr. Presidente da Comissão, devo dizer que ele não consta do nosso acervo, mas está disponível *online* e o PSD vai requerer que o mesmo possa ser junto a este acervo documental —, da Comissão de Acompanhamento da população afetada pelos incêndios na área da saúde mental, criada pelo Despacho n.º 6837/2017, de 8 de agosto, que, numa das suas recomendações, aponta para a necessidade da criação, a

curto prazo, de núcleos locais de resposta a catástrofes ao nível dos ACS (Agrupamentos de Centros de Saúde), e insisto no pormenor de ser a curto prazo.

Pergunto: a nível do ACS do Pinhal Interior, que é o que abarca o município do Pedrógão Grande, esse núcleo local de resposta a catástrofes já foi criado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente Valdemar Alves.

O Sr. **Valdemar Alves**: — Sr. Deputado, quanto à primeira pergunta, sobre todos aqueles trabalhos de reconstrução, já falei com o Sr. Presidente da Comissão e vou mandar, ou vou deixar ficar aqui ainda hoje, toda a documentação. O Sr. Presidente disse, e muito bem, que devo suportar estas minhas declarações em documentação oficial e é isso que vou fazer. Aí V. Ex.<sup>a</sup> terá a resposta sobre as estruturas, mas estão todas recuperadas. Estão, sim senhor.

Quanto à saúde mental, ainda não foi criado. Ainda ninguém nos deu ordem para isso e não somos nós que o vamos criar, terá de ser o Ministério da Saúde.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Eu sei que não!

O Sr. **Valdemar Alves**: — Mas temos, em permanência, a equipa de Sobral Cid, fixada em Figueiró dos Vinhos, que faz aqueles concelhos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com esta resposta termina a nossa audição.

Resta-me agradecer ao Sr. Presidente Valdemar Alves e ao seu advogado, Dr. Bolota Belchior, pela vossa presença, bem como pela forma generosa como o depoente foi respondendo, dentro dos limites que tinha na qualidade processual em que se encontra.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria também agradecer-vos e avisar que, na próxima terça-feira prosseguiremos os trabalhos da Comissão, conforme está planeado.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 29 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.